

ARTIGO

Ajuste patrimonial dos bancos privados durante o Plano Real, por Luiz Fernando R. de Paula, Antonio J. Alves Jr. e Maria Beatriz Leme

ARTIGO

Um Asterix enfrenta globalização, por João Pedro Stelide

ARTIGO

Estratégias de inserção das incubadoras no desenvolvimento econômico regional..., por Lia Hasenclever

ARTIGO

Ciência e tecnologia no Brasil na virada do século, por José Carlos Peliano

EVENTO

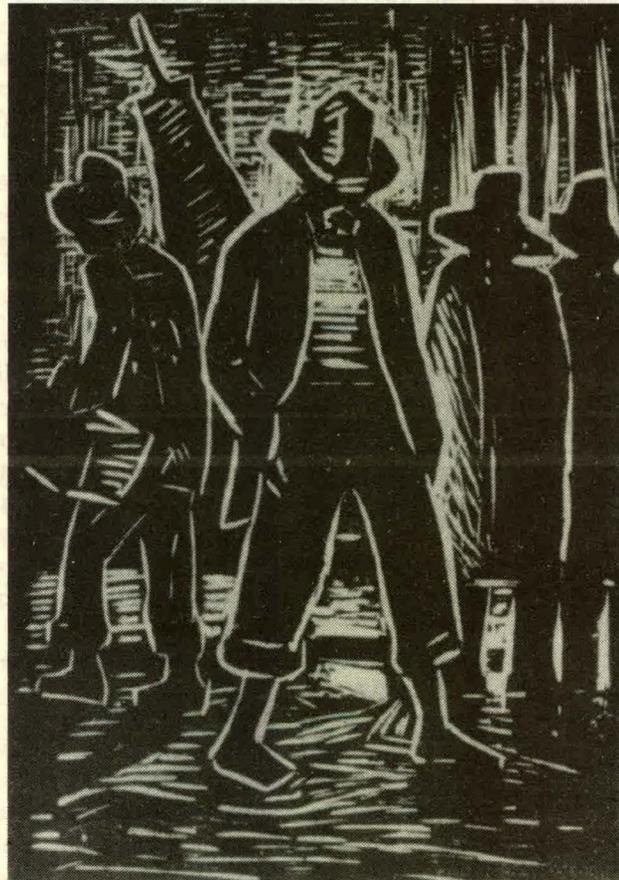
**XVIII SINCE
SIMPÓSIO NACIONAL DOS
CONSELHOS DE ECONOMIA**

PÁG. 14

“Estamos em uma fase de **liquidação** da soberania nacional”

Em entrevista ao Cofecon Notícias, Celso Furtado alerta que estamos em uma fase de liquidação da soberania nacional. A ausência de um projeto de desenvolvimento poderá no futuro ameaçar até mesmo nossa unidade nacional.

páginas 8 a 10



PESCADORES, DE OSWALDO GOELDI, ACERVO DO MNBA/RJ

JORNAL DOS ECONOMISTAS

**ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ,
IERJ E SINDECON-RJ**

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias • **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira • **Edição:** Conselho Regional de Economia-RJ – Tel: (21) 232-8178 – Fax: (21) 509-8121 – E-mail: coreconrj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br>

Jornalista Responsável: Beatriz Bomfim (MT 11916) • **Editoração Eletrônica:** Kátia Regina Fonseca – Telefax (21) 508-7367 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica – Tel (21) 509-3366 • **Tiragem:** 20.000 exemplares • **Periodicidade:** mensal • As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

**CORECON – CONSELHO REGIONAL
DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ – CEP: 20054-900 – Tel: (0XX21) 232-8178 – Fax: (0XX21) 509-8121 – E-mail: coreconrj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br>

Presidente: Eduardo Mendes Callado
Vice-Presidente: Sidney Pascouito da Rocha
Conselheiros Efetivos: Eduardo M. Callado, João Paulo de A. Magalhães, Ronaldo Raemy Rangel, Reinaldo Gonçalves, Maria José Cyhlar Monteiro, João Manoel G. Barbosa, Sidney Pascouito da Rocha, José Clemente de Oliveira, Carlos Francisco T. M. R. Lessa.
Conselheiros Suplentes: Enilse Leite Melo, Nelson Chalfun Homsy, Sandra M. C. Souza, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antonio Lutterbach Soares, Luiz Mario Behnken.

**SINDECON – SINDICATO DOS
ECONOMISTAS DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**

Av. Treze de Maio, 23 – Grupo 1607/1608 /1609 – Rio de Janeiro, RJ – CEP: 20031-000 – Tel: (0XX21) 262-2535 – Telefax: (0XX21) 533-7891/2192 – E-mail: sindecon@sindecon.org.br – Home page: <http://www.economistas.com.br>

**IERJ – INSTITUTO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro, RJ – CEP: 20054-900 – Tel: (0XX21) 509-1077 – Fax: (0XX21) 509-8121 – E-mail: ierj@ax.apc.org – Home page: <http://www.economistas.com.br>

EDITORIAL

A questão dos produtos geneticamente modificados, os chamados transgênicos, vêm ocupando um espaço no debate da imprensa nacional e está mobilizando diversas entidades da sociedade civil na defesa do patrimônio brasileiro e na luta contra sua liberação. O eixo central da discussão está nas implicações para os países periféricos, em especial, da revolução em andamento com o avanço dos técnicos de manipulação genética.

A comunidade científica reunida no Congresso da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC sustenta que existem incertezas sobre a liberação desses organismos no país. Através de comunicado assinado por sua presidente eleita que a introdução não controlada aos transgênicos pode provocar desequilíbrios no meio ambiente. "Há ainda um número enorme de indagações científicas sobre o uso das descobertas que têm sido feitas e precisam ser respondidas." O documento sugere maior rigor na análise dos transgênicos por parte das autoridades responsáveis.

As conseqüências da liberação do cultivo e comercialização podem resultar na perda do mercado europeu, que resiste a introdução dos produtos geneticamente modificados e, ainda, prejudicam enormemente a agricultura familiar responsável por 80% dos produtos que chegam a casa dos consumidores brasileiros.

Vivemos em um período de aceleradas mudanças, oriundas de significativos avanços científicos e tecnológicos, no entanto, não compartilhamos os frutos desses avanços. A magnitude dos interesses econômicos em foco, impõe resistências as necessárias cautelas no trato da questão e de sua utilização nos vários ramos industriais, o que nos condena a um atraso tecnológico e dependência externa em setores estratégicos para os interesses nacionais. Tal dependência se traduz no reduzido número de

grandes conglomerados econômicos dos países desenvolvidos.

Engrossar a luta para esclarecer a população sobre os riscos da liberação dos transgênicos nos motiva a incluir neste editorial o comunicado encaminhado a Presidência da República, por diversas entidades:

"Foi com profunda estranheza que as entidades abaixo assinadas, representantes de diversos setores da sociedade brasileira tomaram conhecimento da nota divulgada por V.Sas., no dia de ontem, em que o poder Executivo Federal vem expressar, ainda que, de forma velada, o seu apoio político à liberação imediata de plantas transgênicas no meio ambiente e para a alimentação humana.

De fato, as manifestações de confiança nos benefícios que a moderna biotecnologia possa trazer ao país e na competência técnica da CTN-Bio para zelar pela nossa biosegurança, constantes da nota emitida por V.Sas., não podem encobrir aquilo que é hoje reclamado por grande parte da opinião pública brasileira: adiar a liberação no meio ambiente e para o consumo humano das plantas transgênicas até que se possa ter certeza de que eles não trarão impactos negativos, graves e irreversíveis ao meio ambiente e à saúde humana. Além do mais, o país só tem a ganhar do ponto de vista econômico.

Hoje, os mercados europeu e japonês sinalizam claramente sua preferência por produtos livres de transgênicos.

É incompreensível, portanto, que V.Sas., encarregadas de zelar pela preservação ambiental, a saúde pública e a economia do país venham defender uma liberação apressada e irresponsável dos transgênicos, liberação essa que só poderia interessar às multinacionais da biotecnologia, como a Monsanto e Novartis, bem como aqueles países que pretendem dominar nossos mercados de semen-

tes e desbancar nossa concorrência agrícola, como é o caso dos Estados Unidos.

Felizmente o Ministério Público e a Justiça têm assumido o dever de defender os direitos constitucionais dos brasileiros, ameaçados pelo próprio Executivo. A sentença do juiz Antônio Souza Prudente, obtida pelo IDEC e GREENPEACE, apenas exige que a CTN-Bio cumpra a obrigação constitucional de realizar Estudo de Impacto Ambiental para aquelas atividades que potencialmente possam trazer dano significativo ao meio ambiente, assim como elabore normas para avaliar a segurança de alimentos transgênicos, antes de emitir qualquer parecer conclusivo a seu respeito. Em vez de receber críticas de V.Sas., o Judiciário deveria ser ouvido e respeitado, pois cumpre o seu papel, justamente onde V.Sas. têm falhado.

Solicitamos à V.Sas., portanto, que reconsiderem a postura assumida, em prol de uma conduta de prudência para com os interesses públicos e de abertura para o debate democrático com a sociedade.

ABONG Associação Brasileira de ONGs – 270 ONGs associadas; CONTAG Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional – 134 entidades associadas; Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – 417 entidades associadas; Rede Mata Atlântica – 192 entidades associadas; GTA Grupo de Trabalho Amazônico – 430 entidades associadas; Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais – 56 entidades associadas; Rede PTA para o Desenvolvimento Agroecológico – 28 ONGs associadas; Actionaid Brasil; ÁGORA; AS-PTA; FASE; Gambá Grupo Ambientalista da Bahia; GREENPEACE; IBASE; IDEC; SOS Mata Atlântica; VITAE CIVILIS.

CAPA/ARTE

OSWALDO GOELDI, nasce em 1895 no Rio de Janeiro e recebeu sua formação na Escola Politécnica de Zurique, em 1915. Volta ao Brasil em 1919. Suas primeiras gravuras, datam de 1924 e, através da xilogravura, técnica que utilizou com maestria, realizou sua obra astística. Em 1951 recebe o Primeiro Prêmio na I Bienal de São Paulo. Falece no Rio de Janeiro em 15 de fevereiro de 1961, numa quarta-feira de cinzas.

Na capa, reproduzimos a ilustração *Pescadores*, xilogravura com área impressa de 17,8 x 12,5 cm, graças ao convênio firmado com o Museu Nacional de Belas Artes, para publicações e gravuras do seu acervo e de artistas representativos. Foto: João Dias.

— ARTIGO — por Luiz Fernando R. de Paula, Antonio J. Alves Jr. e Maria Beatriz Leme —

Ajuste patrimonial dos bancos privados durante o Plano Real

O comportamento dos bancos privados durante o período 1994/99 expressou claramente a mudança nas posturas financeiras das instituições bancárias vis-à-vis as alterações na conjuntura econômica do país. No período anterior ao Plano Real, caracterizado pela alta inflação, o sistema bancário brasileiro foi capaz de apresentar um desempenho bastante positivo, através da adaptação de sua estrutura patrimonial visando explorar as oportunidades de ganhos inflacionários obtidos com as receitas com o float e com os elevados spreads na intermediação financeira, que foi possível devido a existência de uma sofisticada e abrangente institucionalidade da moeda indexada no Brasil.

No início do Plano Real, com a euforia provocada pela estabilidade de preços e a redução quase completa dos ganhos com o float, os bancos procuraram se adaptar ao novo ambiente através da ampliação das suas operações de crédito, o que, num contexto de spreads elevados, lhes permitiram obter uma alta rentabilidade, ainda que menor do que no período de alta inflação. Deste modo, num contexto de forte crescimento da demanda por crédito, eles puderam compensar as perdas das receitas inflacionárias expandindo sua carteira de crédito e adotando uma postura financeira mais ousada, expressa num aumento na alavancagem de suas operações ativas.

Num segundo momento, com os efeitos da crise mexicana no início de 1995, e a elevação dos juros e a recessão que a seguiu, os bancos privados buscaram adotar uma postura mais defensiva, expressão de sua maior preferência pela liquidez e aversão ao risco, alterando aos poucos a composição de sua estrutura patrimonial, principalmente através do aumento de suas aplicações em títulos públicos. No

período, foi visível o fenômeno do “empocamento de liquidez”, com os grandes bancos deixando de ser doadores de recursos no mercado interbancário. Essas mudanças foram acompanhadas por um forte aumento na inadimplência e realizada em meio a uma (quase) crise bancária que foi contida pela ação multidimensional das autoridades monetárias, via PROER.

Mais recentemente, diante do quadro de crise cambial que veio se configurando em 1997 e 1998, os bancos aprofundaram seu ajuste patrimonial, sobretudo através do aumento mais acentuado da participação de aplicações em títulos e valores mobiliários na composição do ativo, cuja contrapartida foi uma forte contração creditícia. Além disso, procuraram a realização de um hedge cambial – sobretudo através de aplicações em títulos públicos com cláusula de correção cambial e de aplicações em divisas estrangeiras – contra uma possível desvalorização do real, que viria de fato ocorrer no início de 1999.

A busca de flexibilidade como estratégia de sobrevivência posta em prática pelos bancos foi em geral bem sucedida. Ao invés de sofrerem perdas devido à instabilidade macroeconômica, ampliada a partir da crise asiática e russa, os bancos conseguiram, em seu conjunto, se posicionar de modo defensivo e, até mesmo, em condições de extrair vantagem do ambiente de instabilidade, como a evolução dos índices de rentabilidade demonstraram, especialmente no ano de 1999. Tal ajustamento, contudo, só foi possível devido às necessidades e condições de financiamento da dívida pública no Brasil – de perfil curto e remunerando os títulos a altas taxas de juros reais – que no período cresceu celeramente. Deste modo, os bancos como um todo – em parti-

cular seu segmento privado – puderam, mais uma vez, se ajustar às custas do Estado e foram sem dúvida os grandes beneficiados da política econômica adotada nos 5 primeiros anos de Plano Real.

As perspectivas futuras do setor bancário brasileiro estão associadas fundamentalmente a dois fatores. Em primeiro lugar, à queda da taxa de juros e a retomada do crescimento do país, que se forem confirmadas resultarão numa nova mudança patrimonial dos bancos, uma vez que diminuirão os seus ganhos de tesouraria com títulos. Isto irá requerer tanto um aumento na escala de produção, já que as margens de lucro diminuirão, quanto uma expansão na carteira de crédito por parte dos bancos, além de um aprofundamento no processo de diversificação em suas atividades. Em segundo lugar, e mais difícil de aferir os seus impactos, à maior ou menor intensidade da penetração de bancos estrangeiros no mercado doméstico, dando prosseguimento ao processo de fusões e incorporações de ban-

cos em escala mundial, e as respostas que serão dadas pelos grandes conglomerados financeiros privados nacionais.

O processo de ajustamento dos bancos entra, assim, em uma nova fase. Pelo exposto, fica evidente que o setor bancário brasileiro, em particular o seu segmento privado, tem revelado grande capacidade de adaptação às mudanças no contexto macroeconômico do país, sabendo extrair vantagens sobretudo em períodos de instabilidade e crise. Resta saber se ele está preparado para enfrentar os desafios que serão colocados por uma nova fase de crescimento econômico, caso ela se confirme.

Este texto resume algumas conclusões obtidas no artigo homônimo premiado em 1º lugar no VII Prêmio Brasil de Economia, do Conselho Federal de Economia.

Luiz Fernando R. de Paula é prof. da Universidade Candido Mendes/Ipanema e da UERJ. **Antonio J. Alves Jr.** é prof. da Universidade Federal Rural do RJ e **Maria Beatriz Leme** é mestranda de Economia da UFF.

IPEADATA ONLINE

A Economia Brasileira na Internet!

IPEADATA é uma base de dados macroeconômicos sobre o Brasil organizada pelo IPEA. Contém mais de 3 mil séries – com acesso gratuito na Internet – sobre população, emprego, salário e renda, produção, consumo e vendas, contas nacionais, finanças públicas, moeda e crédito, preços, juros, câmbio, balanço de pagamentos e economia internacional. As séries anuais têm início na década de quarenta, as trimestrais e mensais retrocedem até os anos setenta, todas tratadas na mesma unidade monetária.

IPEADATA online é um sistema amigável para pesquisar e extrair dados segundo fonte, tema ou nome da variável; contruir tabelas e gráficos; bem como realizar transformações matemáticas ou estatísticas. Oferecendo à comunidade acadêmica, técnicos do governo, estudantes, jornalistas e ao público, em geral, consulta fácil a séries históricas, consistentes e atualizadas das principais fontes das estatísticas econômicas brasileiras, é um poderoso instrumento para análises de conjuntura e estudos econômicos.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Av. Presidente Antonio Carlos, 51 – 16º andar

Rio de Janeiro – RJ – CEP 20020-010

www.ipeadata.gov.br

IPEADATA online – Atendimento ao usuário: ipeadata@ipea.gov.br

CONVÊNIO

A EDITORA PAZ E TERRA está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio realizado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas e títulos de abrangente importância para a nossa formação. Entre em contato com o Corecon-RJ (Biblioteca) para aproveitar os descontos oferecidos por uma editora nascida da resistência demo-crática que há 33 anos trabalha em defesa da liberdade, do pensamento e do direito ao diálogo.

Capitalismo global, Celso Furtado.
Preço com desconto: R\$ 8,40.

Globalização e desnacionalização, Reinaldo Gonçalves.
Preço com desconto: R\$ 16,80.

3º Setor: desenvolvimento social sustentado, Ruth Cardoso.
Preço com desconto: R\$ 15,05.

A construção do Terceiro Mundo – Teorias do Subdesenvolvimento no Brasil e na Romênia, 643p., Joseph Love.
Preço com desconto: R\$ 25,20.

Os fluxos financeiros na América Latina – um Desafio ao Progresso, 284p., Ricardo Ffrench-Davis e Stephany Griffith-Jones (organiz.).
Preço com desconto: R\$ 18,90.

O Que é Globalização.
Preço com desconto: R\$ 21,00.

O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann, 346p., 6ª edição, Karl Max.
Preço com desconto: R\$ 17,50.

Após 1989 – Moral, Revolução e Sociedade Civil, 289p., Ralf Dahrendorf.
Preço com desconto: R\$ 16,10.

Histórias Esquecidas da Ciência, 149p., Oliver Sacks, Jonatan Miller, Stephen Jay Gould, Daniel Kevles e R.C. Lewontin.
Preço com desconto: R\$ 10,50.

O Longo Amanhecer.
Preço com desconto: R\$ 9,80.

América Latina – Entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria, 314p., Leslie Bethel e Ian Roxborough (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 16,10.

Dialética Marxista, Dialética Hegeliana – a Produção Capitalista como Circulação Simples, 192p., Ruy Fausto.
Preço com desconto: R\$ 13,30.

ARTIGO

por João Pedro Stelide

Um Asterix enfrenta globalização

Conheci José Bové em 1999, no Rio de Janeiro. Ele veio ao Brasil representando sua confederação de camponeses franceses para duas atividades. A primeira, um seminário internacional sobre reforma agrária promovido pelo Ibase, do Betinho, e a segunda, veio trazer solidariedade de sua confederação e assistir o julgamento, na Justiça Federal do Rio de Janeiro, do processo que o governo brasileiro movia contra mim, por incitar os pobres a se organizarem e a lutarem por seus direitos.

Jose Bové é um típico camponês gaulês, pequeno produtor de queijos no interior da França, dirigente de base de sua confederação camponesa, e com seu vasto bigode, imita um Asterix moderno, e com sua calma que impressiona a todos nos gestos, mas quando abre a boca, demonstra a todos sua indignação contra as multinacionais e os oligopólios que tentam controlar, também, a agricultura francesa.

Fiquei muito lisonjeado com a presença dele, entre outros líderes camponeses da Via Campesina (movimento internacional integrado por 70 organizações camponesas de todo o mundo, que vieram assistir meu julgamento, que teve como veredicto uma sentença do juiz federal condenando o governo e me inocentando.

Agora, chegou a vez de Bové sentar no banco dos réus. No próximo dia 28 de junho, terá início, na sua cidadezinha de Mallau, no interior da França, um julgamento impetrado pela rede de lojas Mac Donalds contra a sua confederação camponesa da França. No banco dos réus, ele estará representando milhares de camponeses franceses, que no início do ano, insurgiram-se contra a rede de lojas

Mac Donald's, por usarem alimentos transgênicos em seus sanduíches.

Será mais um julgamento político. Não será Bové que estará no banco dos réus enfrentando a poderosa Mac Donald's. Será na verdade, de um lado, os oligopólios que não têm escrúpulos nenhum e que usam de todas as artimanhas para aumentar suas taxas de lucro, e de outro lado, os movimentos camponeses e a sociedade em geral que exige um mínimo de transparência e conhecimento sobre os alimentos que estão ingerindo.

A comunidade científica internacional, em inúmeros seminários científicos, ensaios acadêmicos, artigos de jornal, vem defendendo junto a opinião pública e aos governos, de que deveríamos estabelecer, de comum acordo, uma espécie de moratória para todos os produtos transgênicos. Uma moratória mínima de cinco anos até que a comunidade científica descubra quais são as conseqüências dessas mutações.

No Brasil, estamos enfrentando o mesmo dilema. Felizmente a Justiça Federal, o IDEC (Instituto de Defesa do Consumidor) tem assumido posições de vanguarda na defesa dos interesses dos consumidores. Há uma decisão provisória da Justiça que proíbe todo e qualquer cultivo de sementes com mutações transgênicas para fins comerciais. Sabe-se que em muitos Estados pode estar havendo contrabando de sementes transgênicas. Há um acordo internacional, no âmbito da OMC, assinado pelo Brasil, que em todo alimento transgênico deve constar especificação no seu rótulo, para que pelo menos os consumidores saibam. O Greenpeace e o IDEC revelam amostras de pelo menos dez alimentos transgênicos que nada consta no seu rótulo.

Nós, no campo, estamos atentos. Sempre que soubermos que há plantio comercial de sementes transgênicas vamos denunciar e exigir a pronta ação do Estado. E se não houver ação do Estado agiremos destruindo essas lavouras em defesa dos interesses da sociedade.

Há diversas empresas no Brasil como a rede de supermercados Carrefour que estão dispostas a se somar com os interesses da sociedade na transparência dos transgênicos. Afinal, com alimento não se brinca. Com alimento deve estar em primeiro lugar a saúde pública, dos agricultores, dos consumidores, e não apenas os interesses dos lucros, de empresas como a Monsanto e a Dupont, que escondem por trás do progresso da ciência, não o bem estar e a melhoria das condições de vida da população, mas apenas a margem lucro de suas empresas. Repetem a sanha dos escravocratas do passado, dos vendedores de agrotóxicos em geral, dos vendedores de hormônio.

Esperamos que o julgamento de Bové, que será acompanhado com muito orgulho, por uma delegação do MST e por dezenas de representantes de movimentos camponeses do mundo todo, além de mais de três mil jornalistas, seja, na verdade, um momento de reflexão para toda humanidade. E que a justiça francesa honre sua tradição histórica de 1789.

Somos todos Bové. Somos todos pelo direito dos agricultores produzirem com saúde e sem exploração. E pelo direito dos consumidores terem alimentos saudáveis.

João Pedro Stelide, 46 anos, membro da Direção Nacional do MST – e-mail: <semterra@mst.org.br>. Texto obtido por correio eletrônico na rede e reproduzido pela sua importância sobre os alimentos transgênicos.

Estratégias de inserção das incubadoras no desenvolvimento econômico regional: o caso do Núcleo de Desenvolvimento e Difusão Tecnológica em Nova Friburgo

INTRODUÇÃO

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com o objetivo de estimular uma maior integração de seu Campus Regional de Nova Friburgo - Instituto Politécnico com a comunidade empresarial da região centro norte fluminense criou, a partir de dois projetos apoiados por órgãos financiadores, o Núcleo de Desenvolvimento e Difusão Tecnológica (ND2Tec), composto pela Incubadora de Empresas de Base Tecnológica (IEBTec) e pelo Escritório de Transferência de Tecnologia (ETT)¹, visando facilitar a transferência dos conhecimentos gerados por suas atividades de ensino e pesquisa.

O ND2Tec tem como principal objetivo atuar com foco na difusão das tecnologias geradas em sua instituição sede a fim de contribuir para a modernização econômica e o desenvolvimento regional, através da agregação de empreendimentos capazes de cumprir esse papel, seja por meio da própria incubação ou através de processos associativos.

O objetivo deste artigo é apontar, ainda que em linhas gerais, qual o perfil sócio econômico da região e destacar as oportunidades de negócios que surgem para o ND2Tec a partir do diagnóstico realizado através de consultas a estatísticas secundárias e pesquisa de campo junto a 47 lideranças políticas e empresariais locais pelo Grupo de Economia de Inovação do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GEI/IE/UFRJ)².

Entende-se que as pequenas empresas de base tecnológica que

surgem em incubadoras possuem um potencial de crescimento bastante elevado, desde que seja superada a escassez de recursos financeiros, materiais e gerenciais que lhes é característica. Por serem agentes de difusão de tecnologias geradas nas universidades e centros de pesquisa, tais empresas contribuem para a modernização de setores tradicionais da economia e que vivem atualmente em situação de extrema competitividade e, conseqüentemente, podem contribuir sobremaneira para o desenvolvimento das regiões onde estão inseridas.

Acredita-se ser da maior importância conhecer as atividades econômicas regionais, suas vocações, vinculações e o grau de difusão tecnológica para que as empresas residentes, atuais e futuras, da IEBTec, bem como as empresas clientes do ETT tenham um melhor desempenho econômico regional e principalmente possam preencher uma lacuna importante e que será determinante para o sucesso das empresas emergentes ou para a modernização das pequenas e médias empresas locais.

INDICADORES SÓCIO ECONÔMICOS DA REGIÃO CENTRO NORTE FLUMINENSE

A região centro norte fluminense, segundo a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), congrega os 12 seguintes municípios: Bom Jardim, Cachoeira de Macacu, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Sta. Maria Madalena, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Trajano de Moraes.

O Produto Interno Bruto (PIB)

da região representa, segundo dados de 1996, apenas 1,6% do PIB do Rio de Janeiro. Entre suas principais características, destaca-se o seu elevado grau de concentração: 51,1% do PIB é gerado pelo município de Nova Friburgo e 20,8% pelos municípios de Cantagalo e Cachoeiras de Macacu, respectivamente os segundo e terceiro maiores PIBs da região.

O PIB industrial representa 20% do PIB da região e os setores mais expressivos em geração de valor, em ordem decrescente de importância, são o de confecções, cimento e produtos alimentares.

A população residente local representa 2,6% da população residente no Estado do Rio de Janeiro e está concentrada em Nova Friburgo, Cordeiro e Bom Jardim (62,2 % do total). Com relação à renda per capita, destacam-se os municípios de Cantagalo, Carmo e Nova Friburgo, mas apenas o município de Cantagalo tem renda per capita superior à renda per capita do Estado do Rio de Janeiro (11.036 > 7.901 reais).

A população residente cresceu explosivamente nos municípios de Nova Friburgo, Cordeiro e de Cachoeiras de Macacu (respectivamente cerca de 4,3, 3,6 e 3,1 vezes entre 1940 e 1996). A população tem crescido ainda nos municípios de Macuco, Bom Jardim, Carmo e Sumidouro. Nos municípios de Cantagalo, Duas Barras, Santa Maria Madalena, e São Sebastião do Alto a população decresceu no período analisado.

O número total de estabelecimentos dos principais setores da região - turismo, agronegócios, têxtil e de confecções, metal mecâni-

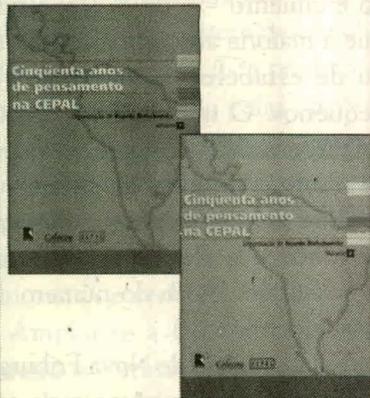
co e cimento - é de 1.505, sendo que a maioria absoluta é constituída de estabelecimentos micro e pequenos. O município de Nova Friburgo concentra quase 40% deste número de estabelecimentos, seguido de Cantagalo, Cachoeiras de Macacu e Carmo, que juntos representam 35,3% do número de estabelecimentos).

No município de Nova Friburgo o setor com um número mais expressivo de estabelecimentos é o setor têxtil e de confecções, com a maioria das empresas em confecções. Os estabelecimentos de agronegócios estão principalmente concentrados em horticultura, produtos de viveiro e pecuária bovina. Encontram-se também alguns estabelecimentos de turismo e metal mecânica, bem como empresas produtoras de artefatos de concreto. É o município que apresenta a estrutura econômica mais diversificada.

Os demais municípios (Cantagalo, Cachoeiras de Macacu, Carmo, Bom Jardim, Cordeiro, Duas Barras, Santa Maria Madalena e São Sebastião do Alto) são principalmente dedicados aos agronegócios, possuindo uma estrutura econômica pouco diversificada. As áreas de maior concentração do número de estabelecimentos para estes municípios é a atividade de pecuária bovina e a produção mista (lavoura e pecuária). O município de Cantagalo possui ainda 4 estabelecimentos de cimento bastante expressivos. O município de Cachoeiras de Macacu destaca-se também pelo cultivo e industrialização de frutas. Os municípios de Bom Jardim, Cordeiro e Duas Barras, por sua vez, destacam-se também pelo número

LIVROS COM DESCONTO

A Editora Record está oferecendo os livros abaixo, com **desconto de 30%** sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia — RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação dos economistas com intuito de ofertar obras com vantagens e permitir à categoria o acesso a títulos de abrangente importância para a sua formação.



Cinquenta anos de pensamento da CEPAL (volumes I e II)

Organização de Ricardo Bielschowsky
De R\$ 40,00 por R\$ 28,00

- **A corrosão do caráter** — Richard Sennet
De R\$ 25,00 por R\$ 17,50
- **A terceira via** — Anthony Giddens
De R\$ 25,00 por R\$ 17,50
- **Falso amanhecer** — John Gray
De R\$ 25,00 por R\$ 17,50
- **Destruição não criadora - Memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada** Maria da Conceição Tavares
De R\$ 25,00 por R\$ 17,50
- **Chairman - O novo Brasil e as multinacionais** — Getulio Bittencourt
De R\$ 25,00 por R\$ 17,50
- **A idéia de decadência na história ocidental** — Arthur Herman
De R\$ 56,00 por R\$ 39,20
- **Inimigos do futuro**
Kirkpatrick Sale
De R\$ 30,00 por R\$ 21,00
- **O livro negro do capitalismo**
Organizado por Gilles Perrault
De R\$ 45,00 por R\$ 31,50

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginarda Pires, no Corecon/RJ.
Horário de funcionamento:
de segunda a sexta, das 13:00 às 17:00.
Telefone: (21)232-8178

ARTIGO

de estabelecimentos voltados para a exploração do café.

As atividades do setor têxtil e de confecções mais expressivas fora do município de Nova Friburgo ocorrem em Carmo (19 estabelecimentos), Bom Jardim (10 estabelecimentos) e Cordeiro (8 estabelecimentos).

A infra-estrutura educacional pré-escolar, ensino fundamental e médio está principalmente concentrada em Nova Friburgo. A situação é mais drástica ainda no ensino superior que está localizado somente em Nova Friburgo. Além do Campus Regional - Instituto Politécnico, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), responsável pelos cursos de graduação em mecânica e pelos programas de mestrado e doutorado em modelagem computacional, localizam-se dois estabelecimentos isolados, que ofereceram, juntos, cerca de 1.943 matrículas, em 1998.

O mesmo ocorre em relação à educação profissional. As matrículas nos cursos do SENAI foram 2.529, em 1998, sendo 2.221 em Nova Friburgo e 308 em Cachoeiras de Macacu. As principais áreas de ensino foram a de informática e a de segurança em Nova Friburgo e de eletricidade em Cachoeiras de Macacu.

O setor de agronegócios apresenta o maior número de empregados com salários baixos e o setor de metal mecânica o maior número de empregados com salários altos na região.

Um indicador da baixa demanda tecnológica regional podem ser as consultas realizadas pelas empresas e profissionais da região à Rede de Tecnologia em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (SEBRAE), instituições de ensino e pesquisa e outras instituições. Entre 1994 e 1999 foram realizadas apenas 339 consultas na região centro norte fluminense, sendo 255 por empresas e 84 por profissionais na região. A maioria destas consultas foram originadas no município de Nova Friburgo (91%) e Cantagalo (6%) e foram feitas pelo setor de

confecções. Entre os principais parceiros envolvidos para as consultas técnicas no setor de confecções estão o SENAI de Friburgo e o Centro de Tecnologia da Indústria Química e Têxtil do Rio de Janeiro. No setor de agronegócios, a própria Rede de Tecnologia, a Fundação BIO-Rio e a Universidade Federal Rural. No setor de cimento o Instituto Nacional de Tecnologia (INT).

Considerando os indicadores sócio econômicos o Centro de Informações e Dados do Estado (CIDE-RJ) produziu um conjunto de indicadores sobre o grau de atratividade para novos investimentos na região centro norte fluminense, gerando um ranking do conjunto de municípios da região. Destaca-se que o município com maior grau de atratividade é o de Nova Friburgo, mas encontra-se em vigésimo quinto lugar no Estado do Rio de Janeiro.

CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E DESDOBRAMENTOS

O perfil sócio econômico delineado mostrou uma região com atividades econômicas e infraestrutura educacional principalmente concentradas em Nova Friburgo. Além disso, observou-se que a principal atividade econômica segundo o número de estabelecimentos, o setor têxtil e de confecções, não corresponde ao maior valor adicionado, que é gerado pelo setor de cimento. O resultado é um nível de renda per capita inferior para o município de Nova Friburgo ao do município de Cantagalo.

Com exceção de Nova Friburgo, que possui uma estrutura econômica mais diversificada, os demais municípios dedicam-se essencialmente a atividade de agronegócios, com ênfase na pecuária bovina e atividades mistas (lavoura e agropecuária). Em Nova Friburgo o setor com mais pujança econômica é o setor têxtil e de confecções. Entretanto, um dos maiores problemas é que ele é constituído de pequenas e médias empresas e a maioria delas faz parte do setor informal da economia. O setor de

metal mecânica apresentou a maior queda, seguido dos setores de turismo e agronegócios.

Em geral a maioria dos fornecedores e clientes encontram-se fora da região, denotando o baixo grau de integração na cadeia produtiva dos setores e a incapacidade de agregar valores às atividades econômicas regionais.

Um outro aspecto que se deveria ressaltar é a baixa vinculação existente entre as grandes empresas e as pequenas empresas ou mesmo a inexistência de uma consciência da sinergia que poderia ser gerada na realização de esforços associativos, expressa na desarticulação das iniciativas coletivas da região, destacadas no artigo em anexo.

O grau de difusão tecnológica na região é ainda modesto, restringindo-se a algumas exceções e várias são as oportunidades de incubação de negócios ou de transferência de tecnologia que se apresentam. No setor de turismo, empresa que crie um serviço de rede de informações turísticas entre os hotéis e restaurantes, gerenciando transportes para os visitantes e proporcionando um serviço de guias para passeios predefinidos pelas atrações. Também atuando na promoção de eventos e propaganda.

No setor de agronegócios, empresas produtoras de tecnologias principais (genética animal e técnicas reprodutivas, termoprocessamento, resfriamento, enzimas e outros insumos essenciais, novos produtos e envases); empresas produtoras de tecnologias acessórias (manejo de pastos, tecnologias de produção, tecnologias sanitárias, processos industriais, máquinas e equipamentos, logística e comercialização).

No setor têxtil e de confecções, empresas que utilizem tecnologia em multimídia, Internet, para o treinamento à distância ou auto treinamento, de acordo com resistência de alguns empresários em participar de programas de capacitação; empresas que utilizem o serviço de mala direta para a resolução dos problemas de distribuição

ARTIGO

e marketing; empresas que desenvolvam softwares, implementem e treinem os trabalhadores envolvidos para logística e distribuição de produtos; empresas que prestem serviços de consultoria na difusão tecnológica e design; empresas que prestem serviços de desenvolvimento empresarial (BDS); e empresas que reciclem o material de sobra das confecções (principalmente elastano).

No setor metal mecânico, empresas prestadoras de serviços de difusão tecnológica; cursos para a atualização dos recursos humanos do setor, juntamente com a faculdade de engenharia mecânica; empresas voltadas para soluções de controle ambiental; e empresas voltadas para prestação de serviços de caracterização e certificação de qualidade, utilizando equipamentos doados pela Torrington.

No setor de cimento, empresas prestadoras de serviços para as empresas de cimento; laboratórios de caracterização de materiais; classificação e estratégia de replantio das espécies localizadas sob as jazidas de calcário para preservação da mata atlântica; empresas de fornecimento de energia alternativa (eucalipto ou aproveitamento de lixo gerado por outros setores).

Frente a este quadro, podem ser feitas algumas recomendações para melhorar a inserção da IEBTec e/ou ETT nas atividades econômicas da região:

- Construir uma base de dados com informações sócio econômicas para monitorar os principais problemas e oportunidades de negócios da região;
- Disponibilizar informações e recursos humanos para auxiliar as instituições locais provedoras de treinamento e capacitação profissional;
- Sensibilizar constantemente os empresários e empreendedores locais sobre a possibilidade de incubar empresas para melhorar o grau de difusão e vinculações tecnológicas;
- Lançar editoriais setoriais para a seleção de empresas;
- Introduzir representação setorial no comitê de seleção das

empresas a serem incubadas que poderão também fazer um acompanhamento posterior destas empresas;

- Adotar padrinhos de empresas, responsáveis por acompanhar e aconselhar as empresas; e
- Promover roda de negócios para atrair investimentos às empresas incubadas.

Em função das principais conclusões e das recomendações acima, destacam-se os seguintes desdobramentos do projeto. O primeiro diz respeito à incorporação das informações sócio econômicas levantadas sobre a região no Banco de Dados (atualmente somente com informações gerenciais) do ND2Tec, responsável pela coordenação da IEBTec e do NTT, do Instituto Politécnico. Este desdobramento está sendo conduzido pelas equipes do ND2Tec e pela equipe do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE/UFRJ). Paralelamente serão discutidas estratégias de disponibilizar o acesso a estas informações.

O segundo desdobramento é a realização da segunda fase prevista no Projeto "Gestão Empresarial e Transferência de Tecnologia da Incubadora de Empresas de Base Tecnológica do Instituto Politécnico da UERJ como Multiplicadores de Renda e Emprego para o Desenvolvimento Regional", financiado pelo SEBRAE, a ser coordenado pelo IE/UFRJ e executado pelo Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV). O seu principal objetivo é construir uma metodologia de projeções econômico financeiras para a IEBTec e empresas residentes atuais e futuras na avaliação do desenvolvimento de novos produtos, obtenção de financiamento, contratação de recursos humanos, entre outras avaliações.

O terceiro desdobramento diz respeito à realização de estudos e pesquisas mais aprofundados sobre as atividades econômicas da região e sobre a visão das lideranças locais acerca de sua ação sobre o desenvolvimento regional. Estes estudos

serão objeto de teses e monografias do Programa de Mestrado e do Curso de Graduação em Economia do IE/UFRJ. Entre os temas, resalta-se o estudo das causas da redução do nível de atividades do setor metal mecânica; o estudo do grau de difusão das tecnologias de informação no setor de turismo; e o estudo de aspectos sociológicos das lideranças locais.

O quarto desdobramento diz respeito à disseminação dos resultados desta pesquisa através da elaboração de um artigo para o encontro anual organizado pela Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Tecnologias Avançadas (Anprotec), onde será enfatizado a estratégia de inserção da IEBTec no desenvolvimento econômico local através da difusão de tecnologias e treinamento de recursos humanos.

O quinto desdobramento diz respeito ao atendimento de demandas de estudos de indicadores sócio econômicos e identificação de demandas tecnológicas para o setor de turismo e agronegócios, devido aos aspectos diferenciados destes setores quando comparados com o setor industrial. Uma outra demanda é o estudo sócio econômico do entorno do Porto de Sepetiba para possível identificação de fornecedores locais para o investimento do Porto. Estão se formando parcerias entre o Instituto Politécnico, o SEBRAE-RJ e o IE/UFRJ para o atendimento destas demandas.

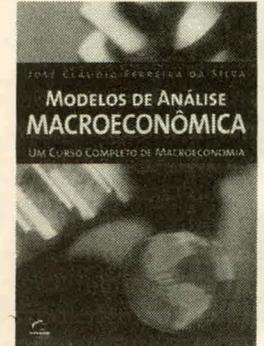
Lia Hasenclever é professora do IE/UFRJ e Coordenadora do Projeto Vocações, Vinculações e Difusão Tecnológicas da Região Centro Norte Fluminense, financiado pelo Instituto Politécnico da UERJ e executado pelo Grupo de Economia de Inovação do IE/UFRJ.

¹ Ver a este respeito o artigo de Ferreira, M. S., Lemos, M. V. e Silva Neto, A. J., Os Instrumentos de Difusão Tecnológica de Um Campus Regional: A Experiência de Nova Friburgo, Anais do I Workshop dos Agentes de Transferência de Tecnologia, 1999.

² Informações mais detalhadas sobre este diagnóstico estão disponíveis no Relatório Final da Pesquisa Vocações, Vinculações e Difusão Tecnológicas da Região Centro Norte Fluminense.

LIVROS COM DESCONTO

A Editora Campus está oferecendo os livros abaixo, com desconto de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio firmado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria com intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a formação dos economistas.



Modelos de Análise Macroeconômica, Ferreira da Silva.

De: R\$ 42,00 Por: R\$ 32,55

- *Economia Internacional: Teoria e Política*. Kenen, P. - De: R\$ 85,00 Por: R\$ 59,50
- *Finanças Públicas - Teoria e Prática* - Giambiagi, F., Alem, A. De: R\$ 35,00 Por: R\$ 24,50
- *Macroeconomia: Teoria e Política Econômica*, Blanchard, O.J. De: R\$ 75,90 Por: R\$ 53,13
- *Macroeconomia Moderna - textos de economia Keynesiana*. De Paula, L. F. R. De: R\$ 45,00 Por: 31,50
- *Introdução à Economia - Princípios de Micro e Macroeconomia*, Mankiw, G. De: R\$ 85,00 Por: R\$ 59,50
- *Globalização e Globobagens*, Krugman, P. De: R\$ 39,00 Por: R\$ 27,30
- *A Nova Economia Internacional: Uma Perspectiva Brasileira*, Gonçalves, R. De: R\$ 49,90 Por: R\$ 34,93
- *Informação e Globalização na Era do Conhecimento*, Lastres, H., Albagli, S. De: R\$ 36,50 Por: R\$ 25,55
- *O Futuro da Indústria no Brasil e no Mundo*, CNI. De: R\$ 27,00 Por: R\$ 18,90

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.
Horário de funcionamento: de segunda a sexta, das 13h às 17h.
Tel: (0xx21) 232-8178

ENTREVISTA

CELSO FURTADO



em entrevista concedida ao COFECON alerta que

“estamos em uma fase de liquidação da soberania nacional”

Aos oitenta anos de idade, Celso Furtado mantém intacta sua capacidade de analisar agudamente os acontecimentos do Brasil e do mundo e – mais importante – de indignar-se. Nesta entrevista ao Conselho Federal de Economia, caracteriza a crescente dívida americana e o crônico superávit japonês como duas “anomalias” do sistema internacional, aponta a aproximação de uma crise e critica duramente a ausência de um projeto nacional brasileiro, o que poderá, no futuro, ameaçar até mesmo nossa unidade nacional. Celso Furtado relançou recentemente, pela editora Paz e Terra, Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico, considerado pelo economista sua obra mais importante. É hora de ouvi-lo.

COFECON NOTÍCIAS: Como o Sr. vê o atual cenário internacional?

CELSO FURTADO: Com a unificação da Europa e a crise na Ásia, o mundo mudou consideravelmente. De um lado, a Europa superou um grande desafio, que assustava muita gente: conseguiu criar a moeda comum. Hoje, o euro é uma realidade, e as relações internas do continente estão sendo reordenadas. A Alemanha unificada tem muito mais importância do que antes, e a Inglaterra, cuja economia é mais ligada à dos Estados Unidos, ficou numa posição relativamente marginal. De outro lado, não se encontrou uma forma de harmonizar e integrar no sistema econômico mundial os interesses da Ásia, particularmente do Japão. Creio que esta é uma grande questão em aberto.

COFECON NOTÍCIAS: Por que essa dificuldade em relação à Ásia?

CELSO: A economia japonesa, líder desse continente, ainda não encontrou seu lugar no novo cenário mundial que se forma. É uma economia vocacionada para a expansão, tem a maior massa disponível de poupança do mundo e produz um imenso superávit em conta-corrente. Precisa investir no exterior cerca de US\$ 70 bilhões por ano. Como o sistema internacional não tem condições de absorver isso, o Japão vem passando por uma fase de instabilidade que ain-

da não sabemos onde vai dar. É o único país em que o dinheiro não custa nada, pois a taxa de juros é próxima de zero. É natural que o capital queira sair de lá. Há um desequilíbrio entre a demanda interna, que é pequena demais para o tamanho da economia local, e as condições estruturais da economia mundial, que não pode absorver de forma regular a poupança desse país.

Com a recessão que atingiu diversos países da Ásia, o Japão pretendeu criar um fundo regional de estabilização e ainda não desistiu disso. Poderia ser o embrião de uma área monetária. Isso representaria um passo adiante na reestruturação da economia mundial, mas enfraqueceria o dólar. O FMI, que trabalha para fortalecer o dólar, não permitiu.

COFECON NOTÍCIAS: Como essa situação japonesa se articula com o sistema mundial?

CELSO: A enorme poupança japonesa vem permitindo que os Estados Unidos se acomodem em uma situação de endividamento permanente. Assim, o sistema internacional convive com duas deformações simétricas. Os Estados Unidos, deficitários, se endividam sem parar porque os japoneses, superavitários, acreditam no dólar. Não se explica o funcionamento do sistema atual sem que se tenha como ponto de partida a dívida americana e o superávit japonês. São duas anomalias da economia mundial.

COFECON NOTÍCIAS: Mas os Estados Unidos se endividam em sua própria moeda...

CELSO: Sim, é como se tivessem a prerrogativa de emitir ouro. É um privilégio tão grande que produz deformações na própria economia americana. Hoje, por exemplo, ela tem uma baixíssima taxa de poupança. Ninguém quer poupar, todos querem se endividar, pois o crédito é virtualmente ilimitado. Isso tem deixado nervosos os responsáveis pelo Banco Central americano, pois nem eles sabem onde isso vai dar. Uma economia que se financia com endividamento externo da ordem de duzentos e tantos bilhões de dólares por ano, continuamente, é a maior incógnita do sistema mundial.

COFECON NOTÍCIAS: Por que essa situação se prolonga?

CELSO: Porque, no curto prazo, também favorece os demais. Cria demanda. Se a economia americana contrair seu nível de demanda, poderemos ter uma grande recessão mundial.

COFECON NOTÍCIAS: Até quando isso pode se perpetuar?

CELSO: Ninguém sabe. Mas conduzirá inexoravelmente a uma crise. O sistema mundial foi levado a uma situação anômala: necessita do endividamento permanente dos Estados Unidos, endividamento que só se sustenta porque

encontra, do outro lado do mundo, o imenso saldo positivo da economia japonesa. Os europeus estão no meio-termo: financiam parte do déficit americano e absorvem parte do superávit japonês. Creio que eles encontraram o seu caminho. Consolidando o euro, criam uma opção para o dólar. Quando a crise vier, o euro tenderá a se fortalecer.

COFECON NOTÍCIAS: Na condição de maior credor da dívida americana, o Japão não seria fortemente afetado por uma crise do dólar?

CELSO: Sim, pois o Japão tem grande parte de suas reservas nos Estados Unidos. Aceitam esse risco, desde que os Estados Unidos abram as portas para seus investimentos. Imaginam que estão comprando a economia americana, assim como já compraram boa parte da economia da Ásia. É uma estratégia ofensiva. Os americanos, por sua vez, já dão sinais de preocupação. Estão tomando medidas compensatórias, corretivas e inibitórias para que os japoneses não invadam certas áreas, particularmente a de informática.

COFECON NOTÍCIAS: A sobrevalorização das ações na Bolsa de Nova York é a ponta desse iceberg?

CELSO: Há uma corrente de analistas americanos que pensa que a economia mundial está sofrendo uma transformação qualitativa, na

ENTREVISTA

direção da chamada virtualidade, com a formação de uma economia nova, que tenderia a continuar crescendo sem precisar se materializar. Essa idéia não resiste a uma crítica séria. Seria necessário que se mantivessem inalteráveis as relações atuais, com o dólar cumprindo o papel de moeda mundial, pois forte crescimento da Bolsa não tem nada a ver com o desempenho real da economia americana. Estão criadas as condições para um estouro da bolha, mas os americanos imaginam que ninguém tem interesse em estourá-la. Resta saber até que ponto isso é verdade. Estamos em um período de grande imprevisibilidade.

COFECON NOTÍCIAS: *Quais serão as relações entre o dólar e o euro?*

CELSO: O euro está se beneficiando da valorização do dólar. Os franceses, por exemplo, estão muito satisfeitos porque, através do euro, desvalorizaram o franco sem arcar com maiores conseqüências, já que toda a Europa trabalha com as mesmas regras do jogo. Estão com balanço de pagamentos positivo.

COFECON NOTÍCIAS: *E a América Latina?*

CELSO: Nosso continente está agarrado ao dólar, depende dele, e há uma tendência quase inexorável de que isso se aprofunde. O México está crescentemente absorvido pela economia americana; a Argentina, na prática, dolarizou sua economia; o Equador formalizou essa opção; o Chile está meio dolarizado... Isso significa subordinar completamente o sistema de decisões econômicas aos americanos.

COFECON NOTÍCIAS: *Qual a posição do Brasil?*

CELSO: As condições para dolarizar o Brasil não estão dadas. Estamos em uma transição.

COFECON NOTÍCIAS: *É um destino?*

CELSO: Os europeus escaparam disso criando o euro, mas eles têm uma economia continental enorme e um comércio externo muito maior que o dos Estados Unidos. Por outro lado, se eles conseguirem manter a estabilidade de preços, crescerão. Sob esse ponto de vista, é uma situação inversa à nossa. Nós só conseguimos crescer às custas de certa instabilidade de

preços.

O Brasil está imobilizado. Neste momento, não tem margem de manobra. Não se pode governar um país que tem déficit enorme e crescente na conta-corrente do balanço de pagamentos e depende estritamente de financiamento externo. Todo o esforço do nosso governo é para convencer os credores de que esse processo pode prosseguir. Mas, se continuarmos no caminho atual, chegaremos ao fim desta década tendo alienado quase completamente o patrimônio brasileiro.

COFECON NOTÍCIAS: *Até quando os credores aceitarão nos refinarciar?*

CELSO: Os credores estão manobrando, dando financiamento ao Brasil no curto prazo. Creio que há um acordo entre o FMI e o governo dos Estados Unidos para permitir que o Brasil avance mais nesse caminho, cobrando de nós – em troca do endividamento crescente – uma obediência total, pois o endividamento limita nossa capacidade de autogoverno. Estamos em uma fase de liquidação da soberania nacional. Chega a ser constrangedor. Este país, com suas enormes potencialidades, à deriva. Nossa taxa própria de poupança é inferior à que tínhamos quando a economia era menos da metade da que é hoje. Estamos seguindo sistematicamente uma política de criação de desemprego, com uma política deflacionária suicida. A primeira prioridade, num país deprimido como o nosso, é o emprego. Pondo o país para andar, entra um ar novo e você ganha graus de liberdade para ir resolvendo as questões. Uma economia em recessão ou em baixo crescimento durante vários anos acumula um enorme passivo social.

COFECON NOTÍCIAS: *Qual o principal desafio macroeconômico a enfrentar?*

CELSO: Durante o governo de Fernando Henrique, os compromissos externos do Brasil (dívida externa mais dívida interna dolarizada) crescem de forma considerável, enquanto a economia não cresce e o patrimônio é alienado. Ao não crescer, reduzimos nossa capacidade de obter divisas; ao alienar o patrimônio, aumentamos a remessa de divisas para o exterior. Um governo que quisesse pôr fim

a essa situação teria que criar rapidamente um saldo positivo no balanço de pagamentos.

A política atual é suicida. Parece que ela foi planejada para mostrar a todos, mais cedo ou mais tarde, que o Brasil deve renunciar à sua autonomia monetária, à sua soberania, tornando-se uma província de um império maior. Enquanto isso acontece, nossos políticos estão distraídos, pensando em outras coisas. É incrível. Passei cinquenta anos lutando pela independência e o desenvolvimento do Brasil. Cheguei aos oitenta anos de idade para ver isso. Estamos sendo governados por uma espécie de “partido” dos que não acreditam no futuro do Brasil. Aham que nosso destino é ser província de um império.

COFECON NOTÍCIAS: *Quais as conseqüências disso, a longo prazo?*

CELSO: Se o Brasil de fato se “provincianiza”, se aprofunda sua dependência, até mesmo sua unidade poderá ser ameaçada no futuro. Quem vai regular as transferências de recursos internos? A unidade nacional deste grande país depende crucialmente de um sistema de distribuição de recursos, que o governo federal sempre regulou, mantendo algum tipo de equilíbrio. Essa capacidade de realocar recursos desaparecerá. Nesse novo contexto, por que as regiões mais ricas vão financiar as demais? Logo aparecerá alguém para perguntar por que devemos nos manter unidos.

COFECON NOTÍCIAS: *Com o potencial de crescimento que tem e com um comércio externo em situação de normalidade, por que o Brasil não vem conseguindo crescer?*

CELSO: O que aconteceu no ano passado – crescimento praticamente zero – é um insulto ao país. Temos terra, riquezas naturais, mão-de-obra barata... Somos um país que cresce naturalmente, espontaneamente, com bons governos e com maus governos. Numa situação de normalidade, uma taxa de crescimento de 3% ou de 4% deveria ser alcançada quase automaticamente. A experiência histórica mostra isso. É uma aberração que nosso crescimento per capita nos cinco últimos anos tenha sido igual a zero. Por que isso aconteceu? Porque pagamos juros muito altos. Por que pagamos esses

juros? Porque nos endividamos demais. E qual é a política atual? Nos endividar ainda mais, para tentar sair da crise de endividamento.

COFECON NOTÍCIAS: *Poderíamos ter uma margem de manobra maior?*

CELSO: Claro que sim. Aqui dentro e no mundo, muita gente tem interesse no crescimento do Brasil. Estive na França recentemente. Grandes empresas francesas estão investindo aqui, pois enxergam que este país está vocacionado para o crescimento. Mas, para que isso ocorra, precisamos em primeiro lugar nos libertar das atuais taxas de juros. O próprio governo reconhece que elas estão mais altas que as taxas de equilíbrio. Não consigo explicar por que não baixam. A Argentina, que está em situação mais precária que a nossa, mantém juros mais baixos. Há alguma coisa estranha nisso. O governo brasileiro se deixou domesticar e serve a outros interesses, que não são os do Brasil. O pessoal que manda hoje em nossa economia – no ministério, no Banco Central, no BNDES – veio diretamente dos Estados Unidos para cá e parece ter maior solidariedade com eles do que conosco. Estamos em um círculo vicioso: para conservar a política atual, o governo faz cada vez mais concessões em matéria de soberania; quanto mais concessões são feitas, mais a política atual precisa ser mantida.

COFECON NOTÍCIAS: *Há sinais de que essa situação está provocando uma crise social muito grave. Como se poderia reverter isso?*

CELSO: A história passa por momentos de grande tensão e outros de alívio, de maiores possibilidades de entendimento. Nos meus oitenta anos, vi tudo isso. Vi a fase de ascensão do nazismo e do stalinismo na Europa, do capitalismo selvagem, da preparação e deflagração de guerras, com destruição em grande escala e milhões de vítimas. Naquele momento, parecia não haver possibilidade de entendimento da humanidade. Depois, vi o keynesianismo, um capitalismo mais civilizado, a predominância da idéia de que as economias tinham que gerar emprego para todos, os Estados tinham que fazer políticas sociais em grande escala, e assim por diante. Depois da Segunda Guerra Mundial, a elevação dos

ENTREVISTA

salários e os investimentos sociais passaram a ser considerados essenciais. O capitalismo desenvolvido conseguiu um equilíbrio baseado numa combinação de políticas tecnológicas e de acumulação, de um lado, e políticas de bem-estar, de outro. Havia aumento de produtividade e aumento de bem-estar. Isso acabou. Hoje, mesmo na Europa, não se vê horizonte para uma relativa harmonia baseada no pleno emprego. Para manter o nível de agressividade das economias capitalistas tornou-se necessário abandonar as políticas de emprego. O aumento da produtividade se desassociou de efeitos sociais benéficos. Esta é a maior mutação que vejo nas economias capitalistas contemporâneas. Não se pode visualizar onde isso vai levar, mas é certo que há uma tensão social crescente em todo o mundo, inclusive na Europa.

COFECON NOTÍCIAS: *Qual a especificidade do Brasil?*

CELSO: Aqui, tudo se torna mais dramático. O capitalismo subdesenvolvido não é um capitalismo menos desenvolvido que o dos países ricos. É um sistema de outro tipo, que não conduz ao bem-estar social, mas à concentração da renda. Precisamos compreender melhor a natureza do nosso capitalismo. No passado, a concentração de renda se fez em benefício de uma acumulação interna, que de alguma forma modernizou o país; agora, ela se faz em benefício da acumulação externa. O capitalismo brasileiro, simultaneamente, concentra renda e se internacionaliza, inserido no processo de construção de uma estrutura mundial de poder. As empresas multinacionais não necessitam mais de um mercado interno em expansão. Isso, mais cedo ou mais tarde, levará a uma crise social de grandes proporções.

COFECON NOTÍCIAS: *Esse destino era inevitável?*

CELSO: Basta olhar para o mundo para ver que não. Das três economias grandes do Terceiro Mundo, a China é a que cresce mais e há mais tempo. Em segundo lugar vem a Índia, que tem mantido também uma taxa de crescimento excepcional. Ambos os países absorvem enormemente tecnologia moderna, de modo que estão se preparando para o futuro. A terceira grande economia do Terceiro Mundo é a do Brasil, que experimenta uma situação inversa. Se endivida permanentemente e não cresce. É difícil de entender isso. Até hoje, a justificativa do endividamento externo era o crescimento...

COFECON NOTÍCIAS: *Qual a principal diferença entre as posturas da China e da Índia, em relação à do Brasil?*

CELSO: China e Índia não fizeram nenhuma concessão em termos de quem coordena e fixa

suas respectivas políticas internas. Sabem o peso que têm, inclusive demográfico. São imensas massas humanas, e qualquer coisa que elas façam repercute no mundo inteiro. Adotaram uma hábil estratégia, de fomentar um rápido desenvolvimento tecnológico e políticas maciças de formação de pessoal.

A principal diferença, em relação ao Brasil, é que eles colocaram em primeiríssimo plano a necessidade de preservar sua autonomia de decisão, de modo a que seus interesses nacionais não fossem abandonados. Estão construindo projetos próprios. Em certo momento, o Brasil tentou isso, mas depois abandonou e se sujeitou a esse tipo de integração que aí está. Nosso governo passa a impressão de que não tem nenhum projeto para o Brasil. Agora, deu para acusar o MST de fazer subversão da ordem. É uma bobagem. Quem quer subverter a ordem entra nos quartéis, não nas sedes do Inbra.

IAG PUC RIO

A ESCOLA DE NEGÓCIOS DA PUC - RIO

PÓS-GRADUAÇÃO

(MBA)

- IAG Master em Marketing
- IAG Master em Finanças Corporativas
- IAG Master em Direito de Empresas

Início: Agosto/2000

MESTRADO

- Opção Acadêmica
- Opção Profissional

Início: 2001

SELEÇÃO ABERTA

EXCELÊNCIA EM ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS.



FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Na coluna deste mês o Fórum apresenta a execução do Fundef, uma apreciação da LDO municipal e ainda um histórico dos gastos com publicidade e propaganda nos últimos 5 anos. Além do nosso encontro com o conselheiro do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, Maurício Azêdo.

FUNDEF NO RIO DE JANEIRO

O somatório dos programas financiados pelo Fundef no município do Rio de Janeiro para este ano é de R\$ 553 milhões, até o mês de junho foi acrescido em R\$ 2 milhões através dos remanejamentos. Apesar de já estarmos no meio do ano a prefeitura empenhou deste saldo apenas R\$ 160 milhões o que corresponde a 29%. Em relação ao que já foi empenhado só foi realizado 77%, ou seja, R\$ 123 milhões e pagou R\$ 120 milhões. Atualmente estes programas encontram-se com saldo disponível de R\$ 387 milhões.

Dentro deste orçado de R\$ 553 milhões, era destinado para despesas em gasto de pessoal R\$ 470 milhões. Isto significa que 85% da receita oriunda do Fundef está vinculada para os gastos desta natureza. Até o mês de junho a prefeitura liquidou e pagou tudo o que havia empenhado que foi de R\$ 98 milhões, isto quer dizer que ela só gastou 20% em pagamento de pessoal dos recursos que possui para este fim.

O ORÇAMENTO DO FUNDEF		GASTOS EM PAGAMENTO DE PESSOAL	
Orçado	553.051.086	Orçado	470.806.418
Saldo Remanejamentos	555.605.008	Saldo Remanejamentos	471.720.018
Empenhado	160.349.878	Empenhado	98.085.731
Liquidado	123.747.099	Liquidado	98.085.731
Pago	120.216.936	Pago	98.085.731

PUBLICIDADE E PROPAGANDA, A ALMA DO NEGÓCIO...

Há mais de 5 anos, os gastos com publicidade e propaganda são orçados muito aquém do que é realmente realizado. Isto quer dizer que além da parcela do orçamento que lhe é destinada na LO, o programa é reforçado no decorrer do ano através de remanejamentos. Em 1996, a prefeitura havia orçado esse programa 2,337 milhões de reais mas acabou realizando 12,18 milhões, 520% a mais. No ano seguinte, a diferença entre orçado e realizado foi ainda mais gritante: dos mais de R\$16.441.000 gastos durante o exercício, apenas 1,5 haviam sido orçados e aprovados pela Câmara Municipal. O ano de 1998 destacou-se pela menor percentagem de capital remanejado em favor de Publicidade e Propaganda: além de sua dotação inicial, de 2,5 milhões, recebeu pouco mais de 1,2 milhões em reforços, terminando o ano com uma dotação 148% maior do que a inicial.

No ano passado, 1999, a dotação inicial de Publicidade e Propaganda foi estimada aparentemente, com base no que foi realizado no ano anterior, recebendo 3,5 milhões de Reais no início do ano. Porém, ao longo do ano o realizado foi 490% maior do que o orçado, ultrapassando a marca dos 17 milhões de Reais gastos com o programa.

Este ano, o programa Publicidade e Propaganda iniciou o ano contando com uma dotação inicial de 400 mil reais, de acordo com a Lei Orçamentária para este ano de 2000. Esta dotação sofreu reforços através de remanejamentos, encontrando-se agora no meio do ano com uma dotação de 12,879 milhões de Reais. Desta dotação atual, que representa mais de 3000% da inicial, o governo já realizou mais de 7 milhões, estando outros 4 milhões empenhados.



FÓRUM NO TRIBUNAL DE CONTAS

No dia 03 de julho o Fórum se encontrou com o Conselheiro do Tribunal de Contas do Município o ex-vereador Maurício Azedo. As instituições integrantes da comissão de relações institucionais se fizeram representar pelos participantes: Maria Aparecida (Ideps), Vanduir Vieira (FAM - Rio), Gilson Breno (AMONeves), Leonardo (Ibase), Luiz Mário (Corecon) e Mirelli Malaguti (estagiária do Fórum).

O conselheiro colocou a importância do acompanhamento das políticas públicas pela sociedade através do Fórum. Para o conselheiro, o poder executivo coloca o orçamento de forma puramente contábil. Apesar deste ser também uma peça técnico contábil ele é, em primeiro lugar, uma peça política pois através do orçamento estão determinadas as atuações do poder público no cumprimento de suas funções. Segundo ele deveria existir apreciações textuais para que os interessados pudessem entender sem a necessidade da explicação de um técnico em orçamento.

O conselheiro colocou que a dificuldade do entendimento do orçamento está tão presente na sociedade como no legislativo. Os representantes do Fórum levantaram a dúvida sobre quais são as mudanças que a Lei de Responsabilidade Fiscal traz ao orçamento. Ele colocou que por ser uma lei nova e extensa ainda não tem uma apreciação completa das mudanças. E informou que o regimento interno do próprio tribunal deverá sofrer algumas alterações para se adequar à nova lei.

O Fórum colocou a necessidade de reunião de dados para o enriquecimento das discussões orçamentárias e se colocou como uma fonte de dados para o conselheiro. Por último o Fórum convidou o senhor Maurício Azêdo para ser um dos palestrantes da Conferência Nacional de Economistas sobre a Democratização do Orçamento Público que deverá acontecer em outubro deste ano. O convite foi aceito.

A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2001 DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) já foi aprovada pela Câmara Municipal e traz este ano algumas novidades. Primeiramente ela teve que sofrer algumas adaptações para cumprimento - em parte - da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), em vigor desde maio do corrente. Em segundo lugar ressaltamos a explicitação de metas físicas.

O Fórum Popular do Orçamento interpreta a existência da LDO dentro do espírito consagrado na Constituição Federal. Com efeito, a LDO orienta a elaboração da própria Lei Orçamentária, determinando metas e prioridades da administração para o ano subsequente, e incorporando eventuais alterações na legislação tributária.

Apesar de estarmos na 11ª LDO carioca, a que está em vigor, ainda não traduz quais são as prioridades governamentais de forma efetiva, pois estão listadas toda e qualquer ação governamental, embora este ano com metas físicas explicitadas, repetimos. Aqui cabe uma indagação: a despeito das inúmeras solicitações feitas em audiências públicas pela quantificação das metas, e tendo todas elas sido rebatidas e "taxadas" pelos representantes da prefeitura como **inviáveis** (sic), qual será a razão para que no último exercício financeiro do atual mandato, ou seja, quando as metas fixadas serão executadas (ou não?) pelo próximo prefeito a ser eleito, há esse atendimento. Estranha coincidência.

Esperamos que no próximo ano a LDO reflita, de maneira clara e objetiva, as prioridades da população carioca em conformidade com o discurso político de seus governantes.

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Rio de Janeiro

As matérias publicadas nesta página são de autoria das estagiárias Mirelli Malaguti e Mayra Juruá, sob supervisão de Luiz Mário Benhken.

Se você quiser participar e emitir sua opinião sobre o Orçamento carioca, as reuniões do Fórum Popular do Orçamento acontecem sempre às quintas-feiras, às 18 horas no Corecon. Estas reuniões são abertas à participação de qualquer cidadão. Para novas e outras informações e envio de críticas/sugestões para esta coluna:

Corecon: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ
CEP 20054-900 - Tel. (21) 232-8178 - Fax (21) 509-8121

E-mail: coreconrj@ax.apc.org. • Home page: <http://www.economistas.com.br>
Lista de discussão do Fórum: forumrio@rits.com.br

Ciência e tecnologia no Brasil na virada do século

Antecedentes – A falta de uma política nacional de desenvolvimento põe o país à deriva de condições sustentáveis de crescimento econômico. Os postulados neoliberais aprofundam o atrelamento das nações menos desenvolvidas à ordem capitalista predominante e a dominação pelas nações desenvolvidas. A abertura comercial e o Estado mínimo trazem o império do mercado, fortalecem o poder do capital e fragilizam focos nacionais de resistência.

Amplia-se a dependência aos mercados externos de mercadorias, serviços e capitais, deterioram-se as relações de troca, destroem-se as moedas locais, desorganizam-se as economias e desequilibram-se as contas públicas. As nações menos desenvolvidas não conseguem construir forças produtivas sólidas a partir de relações sociais próprias. A harmonização internacional de normas jurídicas (o monopólio travestido de direito patentário e a remodelagem dos acordos de comércio, serviços e investimentos), a cargo da Organização Mundial do Comércio (OMC), completa o receituário neoliberal que toma conta do mundo. As nações menos desenvolvidas se vêem, assim, sem condições de acumulação de capital nacional e ameaçadas pela destruição de suas infra-estruturas de ciência e tecnologia (C&T) e formação de recursos humanos.

É flagrante o descompasso em C&T. Nas nações desenvolvidas, os projetos de pesquisas podem durar mais de século, enquanto nas demais as pesquisas são incipientes – no Brasil, 70% dos grupos de pesquisa existem a menos de 15 anos (Fonte: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, 1995). Se no Brasil havia, em 1995, 165 cientis-

tas por milhão de habitantes, nos EUA, em 1993, 3.732; na Rússia, em 1994, 4.358; no Japão, 5.677, em 1993; na Argentina, 350, em 1995, e Venezuela, em 1993, 208 (Fonte: Unesco's Statistical Yearbook 1996-1988). Tem sido difícil chegarem ao fim projetos de pesquisa – um pesquisador brasileiro precisa de mais de três anos para publicar um artigo científico no Brasil e quase cinco anos no exterior.

A capacidade criativa nacional, no entanto, supera parte das deficiências. Exemplos: Carlos Bloch Jr., professor de Química da UnB, com conhecimentos de tribos da Amazônia, desenvolve pesquisa sobre a utilização da pele de anfíbios na produção de antibióticos que combatam bactérias de infecção hospitalar. Otto Richard Gottlieb, pesquisador de Fisiologia e Farmacodinâmica do Instituto Oswaldo Cruz, já foi indicado ao prêmio Nobel por três anos seguidos por estudos da química de plantas. Amir Caldeira, professor titular de Física da Unicamp, desenvolveu pesquisa sobre tunelamento quântico em sistemas dissipativos para projetos de aplicações de processadores quânticos em computadores modernos.

O contingente de pesquisadores, por sua vez, situa-se abaixo dos níveis internacionais. Dados do CNPq (1999) indicam que foram destinadas 55,7 mil bolsas em 1995, 59,1 mil em 1996 e 1997, e 50,0 mil em 1998 – inclui no país, exterior, fomento e curta duração. Os investimentos foram R\$ 500,3 milhões, R\$ 514,8 milhões, R\$ 484,2 milhões e R\$ 406,7 milhões respectivamente. Não se avançou também na melhor distribuição da capacidade de pesquisa e formação em pós-graduação. Dos 7.271 grupos registrados em 1995, 52% estava no sul-sudeste e 32% no Estado de São

Paulo (Fonte: CNPq, 1995). Do total de investimentos em bolsas do CNPq em 1998, 61,5% foram para o Sudeste, 15,8% Norte-Nordeste, 15% Sul e 7,7% Centro-Oeste (CNPq, 1999).

Pesquisa recente² confirma, no entanto, que um dos elementos mais importantes na decisão de investir de 85 multinacionais é a qualificação da mão-de-obra (especializada e nível superior) – essas empresas estão nos 405 conglomerados globais com unidades no Brasil do total dos 500 maiores mundiais.

A retirada do Estado do financiamento ao crescimento no país desarticulou as relações econômicas e institucionais e comprometeu empreendimentos e projetos que levam anos para se recuperarem. O estado mínimo deu lugar ao mercado máximo, que aprofunda a desigualdade entre nações, regiões, grupos, empresas e pessoas. A área de C&T segue o padrão. Dotações orçamentárias correntes do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) mostram o descaço oficial com a área. Em 1996 foi gasto (valores correntes) R\$ 1,05 bilhão pelo governo federal, em 1997 R\$ 1,08 bilhão, em 1998 R\$ 0,97 bilhão, em 1999 foi autorizado (até 15/10) R\$ 1,07 bilhão, e a previsão de R\$ 1,68 bilhão para 2000 – o contingenciamento de verbas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão reduz mais os recursos previstos, além do que parte substancial (R\$ 415 milhões) pertence à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), à Agência Espacial Brasileira (AEB) e às Indústrias Nucleares do Brasil (INB), as quais passaram a fazer parte do MCT em 2000.

Quanto aos investimentos em infra-estrutura de C&T foram gastos em 1996 R\$ 61,2 milhões,

em 1997 R\$ 63,9 milhões, em 1998 R\$ 66,3 milhões, em 1999 autorizados (até 15/10) R\$ 68,5 milhões e em 2000 previstos R\$ 212,8 milhões – neste valor estão os recursos da CNEN, AEB e INB. Sobre os programas de desenvolvimento científico e tecnológico, e engenharia e difusão do conhecimento, e ensino superior do MCT foram gastos em 1996 R\$ 980,4 milhões, em 1997 861,6 milhões, em 1998 R\$ 660,9 milhões, em 1999 autorizados R\$ 706,3 milhões (até 15/10) e em 2000 previstos R\$ 922,9 milhões – há evidente queda de recursos mesmo com os recursos da CNEN, AEB e INB.

Apesar de esforços das empresas para a atualização tecnológica de produtos e projetos e das iniciativas desordenadas dos anos Collor de incentivo aos projetos industriais e agrícolas, o saldo da balança tecnológica brasileira sai de US\$ 5 milhões em 1992 para US\$ 1,5 bilhão em 1997 (Fonte: Banco Central). A retirada do Estado do financiamento mais que o aporte privado explica os gastos no Brasil e no Mercosul para a área. No Brasil, em 1994, o governo financiou 70,3% dos projetos em P&D e, em 1996, 60%; na Argentina o mesmo, 71,9% e 53,7% respectivamente. Já para os gastos totais em C&T, em 1994 e 1996, o Brasil chegou a 1,22% do PIB, a Argentina 0,4% e 0,46% e o Paraguai 0,14% e 0,28% (Fonte: Rede Ibero Americana de Ciencia y Tecnologia – RECYT, 1997).

Perspectivas – A queda do financiamento público e a pequena participação do capital privado em C&T desmantelam equipes de universidades públicas, param projetos, desestimulam profissionais a ingressarem ou continuarem na área e quebram a incipiente interação entre universidade e

ARTIGO

empresa. A perda de conhecimento científico e tecnológico é incalculável. Passa-se a adotar modelos, técnicas, padrões e experiências de outros países por falta de apoio oficial e interesse privado – as empresas direcionam seus recursos mais para produções, mercados e produtos de retorno imediato.

O orçamento do CNPq tem sido insuficiente – R\$ 614,1 milhões em 1996, R\$ 660,6 milhões em 1997, R\$ 539,1 milhões em 1998, R\$ 627,0 milhões em 1999 (autorizados até 15/10) e R\$ 672,1 milhões previstos para 2000. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) segue padrão semelhante – R\$ 60,0 milhões em 1996, R\$ 64,5 milhões em 1997, R\$ 55,5 milhões em 1998, R\$ 59,8 milhões em 1999 (autorizados até 15/10) e R\$ 194,4 milhões para 2000.

O enfraquecimento da infraestrutura de C&T causa a perda de conhecimento da realidade nacional, à desnacionalização do saber, à falta de prioridades regionais e locais e ao esvaziamento do acervo e memória de conhecimento. Essa tendência perversa deve levar o Brasil a uma reviravolta na balança de C&T. De um lado à expansão dos gastos de empresas em tecnologias simples e de uso generalizado, ao lado do aumento da importação de tecnologia mais complexa e de uso especializado. De outro à estagnação (paralisação) da pesquisa pura e aplicada e à formação de curto prazo de recursos humanos de níveis médio e superior. O receituário neoliberal leva à produção de tecnologias e produtos prontos para consumo e não para investimento no próprio conhecimento.

Há que se rechaçar o receituário neoliberal: foi tudo o que não fizeram as nações desenvolvidas – exemplos: o protecionismo comercial americano, a defesa francesa dos subsídios aos seus agricultores e a contestação do Parlamento

Europeu às patentes de seres vivos. No caso da C&T, o adequado tratamento passa por uma política de desenvolvimento. O Estado tem que voltar a ser planejador, regulador e controlador das relações econômicas e, em casos estratégicos, produtor de bens e serviços. Cabe a ele garantir a igualdade das relações comerciais entre os desiguais, deixando ao mercado a competição dos grupos.

Não pode haver política de C&T sem política setorial, afinal boa parte dos avanços são influenciados e influenciam os ganhos setoriais, enquanto outra parte se dirige aos problemas populacionais como saúde, meio ambiente, educação, moradia e transportes. São atividades de C&T que, ao final, reduzem a desigualdade e promovem o bem estar geral, não havendo muito o que inovar em políticas públicas a não ser reorientar os sistemas, mecanismos e instrumentos para o benefício da população, trabalhadores e mais pobres.

Deve ser promovida a repartição justa dos ganhos de produtividade entre empresários e trabalhadores visando o desenvolvimento da sociedade e não de grupos favorecidos. A revirada de mesa pode começar pelo controle social e a fiscalização pública dos empreendimentos – as experiências do orçamento participativo em algumas cidades mostram o acerto da iniciativa. O que não significa desconhecer a luta de classes mas, ao contrário, pô-la em prática pela negociação e gestão dos negócios públicos e privados.

Do lado da economia, há que se fortalecer as cadeias produtivas setoriais e inter-setoriais para reconstruir a capacidade produtiva do país em setores estratégicos, evitando a desindustrialização neoliberal – não se deve obedecer às cegas os sinais do mercado como orientação dos investimentos⁴. Há que se buscar a redução das desigualdades regionais pela criação

de núcleos de produção dinâmicos ao redor de indústrias competitivas e promover o desenvolvimento das indústrias de tecnologia de ponta, que hoje empurram as produções das nações desenvolvidas e preservam suas hegemonias tecnológicas. Nesse processo, deve-se incentivar e promover a articulação produtiva entre pequenas e médias empresas, seja em consórcios, seja nas cadeias produtivas de forma a manter estrutura sólida de oferta de bens e serviços, e por fim, o reaparelhamento institucional do Estado para viabilizar a retomada de políticas efetivamente públicas, levando os benefícios econômicos para os trabalhadores e os mais pobres.

Do lado da C&T, há que se remontar as instituições oficiais de fomento e promoção das atividades e canalizar fontes de recursos públicos, junto ao capital privado, para selecionar projetos e atividades prioritários de expansão e consolidação de P&D. Deve-se articular de vez a formação fundamental, média e superior com o projeto de C&T do país – não basta, como querem o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, gastar mais com os níveis fundamental e médio desbalanceando a unidade educativa de todos os níveis de ensino. É fundamental o incentivo às atividades de C&T voltadas para a superação imediata das desigualdades sociais e as áreas de tecnologia apropriada e de fronteira, selecionando-as por prioridades para que

o país não fique eternamente a reboque das nações desenvolvidas.

Há que se reforçar a capacidade nacional de P&D para não se perder o bonde da história. E não é por nacionalismo ou xenofobismo: gastos multinacionais de P&D acabam por se concentrar nos países de origem, beneficiando-os e não aos países importadores dos pacotes tecnológicos – pesquisa da Sobeet (ver nota 2) indica que filiais brasileiras de multinacionais trazem tecnologia das matrizes e não ampliam a base de pesquisas no Brasil. No âmbito do Mercosul e das demais nações emergentes deve o Brasil desencadear a cooperação técnica e científica para superar os desequilíbrios que se avolumam. Há que se somar para avançar na construção conjunta de uma nova capacidade em P&D.

José Carlos Peliano é professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão Tecnológica (CEFET), Curitiba, e assessor da Liderança do PT na Câmara dos Deputados. 1 O texto original encontra-se no site www.liderancadopt.org.br.

2 Comportamento Tecnológico das Empresas Transnacionais em Operação no Brasil, Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet), São Paulo, março, 2.000. 3 O aumento considerável em 2000 é da recente regulamentação da cota-parte da receita dos "royalties excedentes pela produção de petróleo e gás natural.

4 A questão chave da privatização escancarada do Estado que se realiza no Brasil é que o centro das decisões muda para o exterior de onde são tomadas medidas que afetam substancialmente as condições de funcionamento da economia, sem que as autoridades econômicas possam fazer muito a respeito.

PROGRAMA FAIXA LIVRE

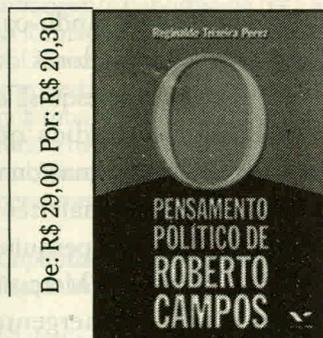
RÁDIO BANDEIRANTES AM, 1360 MHz,
no seu Dial

Apresentação Paulo Passarinho e Nilo Sérgio Gomes, de segunda a sexta-feira, das 07:30h às 09:00h. Um programa essencialmente direcionado à área política e econômica, levantando e respondendo questões dos profissionais de economia e da sociedade em geral. Produção: Sonia Toledo e Maria de Jesus.

220-1360 – LIGUE E PARTICIPE !

LIVROS COM DESCONTO

A Editora FGV está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia - RJ. Trata-se de um convênio realizado entre uma grande Editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a sua formação.



De: R\$ 29,00 Por: R\$ 20,30

O pensamento político de Roberto Campos: da razão do Estado à razão do mercado: 1950-95

Reginaldo Teixeira Perez

▼ **ECONOMIA & POLÍTICA: INSTITUIÇÕES DE ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA NO BRASIL**
Jorge V. Monteiro
De: R\$ 26,00 Por: R\$ 18,20

▼ **CUSTOS — UM ENFOQUE ADMINISTRATIVO — VOL. I**
George G. Leone
De: R\$ 41,00 Por: R\$ 28,70

▼ **ELEMENTOS DE MATEMÁTICA FINANCEIRA**
Luiz A. F. Cavalheiro
De: R\$ 23,00 Por: R\$ 16,10

▼ **MANUAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO — VOL. I**
C. Machline e outros
De: R\$ 48,00 Por: R\$ 33,60

▼ **CONTABILIDADE FINANCEIRA PARA EXECUTIVOS**
Alvaro G. Oliveira
De: R\$ 39,00 Por: R\$ 27,30

▼ **ANÁLISE CONTÁBIL — ANÁLISE DE BALANÇOS**
Américo M. Florentino
De: R\$ 21,00 Por: R\$ 14,70

▼ **ENSAIOS ANALÍTICOS**
Mario Henrique Simonsen
De: R\$ 45,00 Por: R\$ 31,50

▼ **FLEXIBILIDADE DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL**
José M. Camargo
De: R\$ 42,00 Por: R\$ 29,40

▼ **MULTIPARTIDARISMO E DEMOCRACIA: UM ESTUDO SOBRE O SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO**
Jairo M. Nicolau
De: R\$ 19,00 Por: R\$ 13,30

Os interessados devem ligar para a Biblioteca Eginardo Pires, no Corecon/RJ.

Horário de funcionamento:
De Segunda a Sexta das 13 às 17h.
Telefone: (0xx21) 232-8178.

— EVENTO —

XVIII SINCE – SIMPÓSIO NACIONAL DOS CONSELHOS DE ECONOMIA

“CONSTRUINDO O PROFISSIONAL DO SÉCULO XXI”

OURO PRETO – MG

PROGRAMA PRELIMINAR

Dia 06/09 – Quarta-feira

- 14:00 horas** – Credenciamento/Entrega Material
Reunião Cofecon
Reunião Fórum de Presidentes
- 19:00 horas** – Abertura
Presidentes do COFECON e CORECON/MG
- 19:30 horas** – Homenagem ao Prof. Carlos Lessa
- 21:00 horas** – Confraternização

Dia 07/09 – Quinta-feira

- 09:00 horas** – Painel: “Formação do Economista e Currículo Mínimo: nova LDB” (2 expositores)
- 10:30 horas** – Intervalo
- 11:00 horas** – Grupos de Trabalho (Delegados Since)
Flexibilização dos Currículos (estágio obrigatório)
Avaliação de Qualidade (provão) e métodos alternativos
Requalificação Profissional

CURSOS (Estudantes e não delegados)

- 13:00 horas** – Almoço
- 14:30 horas** – Painel: “A Reorganização do Sistema Cofecon/Corecon’s (1 expositor)
- 15:30 horas** – Intervalo
- 16:00 horas** – Grupos de Trabalho (Delegados Since)
Desregulamentação Profissional (Comissão Since)

CURSOS (Estudantes e não delegados)

- 21:00 horas** – Programação Social

Dia 08/09 – Sexta-feira

- 09:00 horas** – Painel: “O Mercado de Trabalho e o Perfil do Economista” (2 expositores)
- 10:30 horas** – Intervalo
- 11:00 horas** – Grupos de Trabalho (Delegados Since)
Impactos do Desenvolvimento Econômico no Mercado de Trabalho do Economista/Mercosul
Profissões Correlatas e a Economia
Interdisciplinidade e Novos Requisitos do Mercado de Trabalho

CURSOS (Estudantes e não delegados)

- 13:00 horas** – Almoço
- 15:00 horas** – Relatórios (finalização)
- 17:00 horas** – Relatórios dos grupos de trabalho (Apresentação e Aprovação)

CURSOS (Estudantes e não Delegados)

- 20:00 horas** – Confraternização

Dia 09/09 – Sábado

- 09:00 horas** – Plenária Final

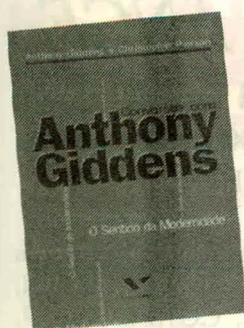
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Conselho Regional de Economia da 10ª Região – CORECON/MG

Fone: (0xx31)261-5806 – Fax: (0xx31) 261-8127

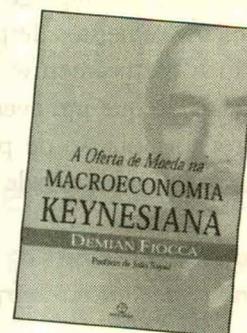
E-mail: corecon-mg@cofecon.org.br

ABRE ASPAS

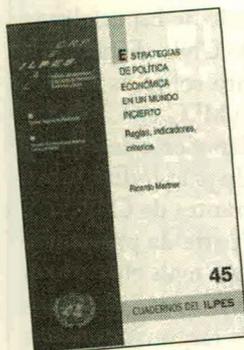


CONVERSAS COM ANTHONY GIDDENS, O SENTIDO DA MODERNIDADE - Anthony Giddens e Christopher Pierson - Editora FGV/2000 - 156 pág./R\$19,00. A obra apresenta uma coletânea de entrevistas realizadas nos meses que se seguiram à posse de Giddens na London School of Economics e à vitória do novo trabalhismo em 1º de maio de 1997. O sociólogo e filósofo revela, nestas páginas, sua habitual franqueza sobre os principais pontos de sua teoria social e a singular agenda política por ele recomendada. Giddens tornou-se conhecido a partir de 1970, por suas idéias a respeito da sociologia clássica e da natureza da política mundial sob a modernidade reflexiva. Especialista em conceitos políticos como centro, radicalismo direita, esquerda e Terceira Via - um dos destaques do momento na Inglaterra -, Giddens é uma figura popular e influente no topo da hierarquia do novo trabalhismo. Em apenas duas décadas, lançou mais de 20 livros e é um dos mais lidos e citados teóricos de sua geração, em todo o mundo. Outras informações: editora@fgv.br.

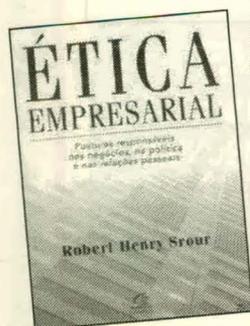
A OFERTA DA MOEDA NA MACROECONOMIA KEYNESIANA, de Demian Fiooca - Prefácio de João Sayad - Editora Paz e Terra/2000. Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda é talvez a obra econômica mais importante deste século. É possível que tal brilho tenha obscurecido as lições do Tratado sobre a Moeda, publicado seis anos antes. Foi neste trabalho que Keynes apresentou de maneira mais sistemática sua concepção de como operam os mecanismos de oferta da moeda. O debate contemporâneo sobre a oferta de moeda entre autores de linhagem keynesiana traz luz sobre esses mecanismos e permite recuperar as necessárias mediações teóricas entre o comportamento do sistema monetário e o papel que a moeda exerce no arcabouço macroeconômico keynesiano. A análise sobre o papel da autoridade monetária e dos próprios bancos na determinação das condições de crédito e de liquidez na economia é fundamental para o exercício de uma política monetária esclarecida. Este livro apresenta análise crítica dessa discussão e aponta sua relevância, não apenas do ponto de vista teórico, como também no exercício da política monetária pelo banco central. Outras informações: vendas@pazeterra.com.br.



ESTRATEGIAS DE POLÍTICA ECONÓMICA EN UN MUNDO INCIERTO - REGLAS, INDICADORES, CRITERIOS - CUADERNOS DEL ILPES (Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social). Autor: Ricardo Martner - Santiago do Chile/2000. Con el nombre común de Cuadernos del ILPES, el Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social inició en 1967 diversas publicaciones que abrigan en su conjunto un mismo propósito: el de informar a un público amplio de algunas de sus tareas de investigación y de enseñanza que no pueden menos de modificarse continuamente, ya sea por nuevas orientaciones de la ciencia o por la aparición de problemas antes desconocidos. Esa información quiere hacerse en los Cuadernos de tal modo que sea como la invitación a un diálogo en el que se apoye realmente una auténtica cooperación intelectual. Otras informações: publications@eclac.cl.



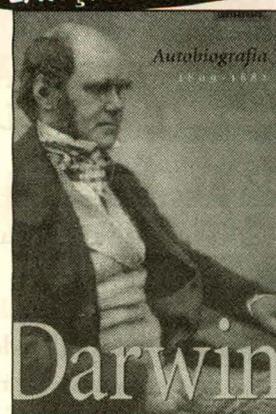
A QUARTA VIA - A PROMOÇÃO DO PLENO EMPREGO COMO IMPERATIVO DA CIDADANIA AMPLIADA - Autor José Carlos de Assis, prefácio de Luiz Gonzaga Belluzzo - Editora: TextoNovo/São Paulo/2000. Este livro propõe uma luta sem tréguas em favor do Pleno Emprego como instrumento de promoção da democracia social. Não só propõe como aponta os caminhos para que isso seja alcançado num clima de cooperação nas relações de produção e sem trazer de volta a inflação. Uma era de prosperidade aguarda o Brasil - para falar apenas deste país. Sua forma política é o solidarismo, apoiado na realidade do novo modo de produção dominante na Era Pós-Industrial, o Contratualismo. Solidarismo e Contratualismo juntam-se para apontar um novo caminho: A QUARTA VIA, uma superação do socialismo real e do neoliberalismo como utopia realista para países, como o Brasil, que não chegaram ainda a construir uma democracia social. Para o Autor, a luta pelo Pleno Emprego não admite mais contemporizações nem adiamentos. É uma condição do mercado de trabalho a ser promovida urgentemente pela política econômica, e configura um direito fundamental tão importante para o cidadão comum como é o direito de propriedade para os afortunados. Outras informações: textonovo@sti.com.br.



ÉTICA EMPRESARIAL, POSTURAS RESPONSÁVEIS NOS NEGÓCIOS, NA POLÍTICA E NAS RELAÇÕES PESSOAIS - Robert Henry Srour - Editora Campus/2000. A obra discute a ética empresarial sob a perspectiva da responsabilidade social da empresa, em função da forte pressão competitiva que caracteriza o ambiente de negócios. A moral não exige apenas reflexão, mas converte-se em padrão-chave de gestão empresarial e chega a presidir o pensamento e ação do empresário e do gestor. Os dirigentes ficam expostos a questões de natureza moral de forma inescapável quando decidem de forma estratégica qual é a melhor maneira de ajustar recursos e objetivos às oportunidades de negócio. Robert Henry Srour é professor dos MBAs da FEA-Universidade de São Paulo e consultor de empresas. É cientista social e doutor em Sociologia pela USP. Outras informações: assessoria@campus.com.br.

LIVROS EM VENDA DIRETA

LANÇAMENTO



Autobiografia (1809-1882)
128 páginas • Charles Darwin
Preço com desconto: R\$ 19,00

A Contraponto oferece seus livros, em venda direta, com descontos médios de 30% sobre os preços de capa aos economistas associados. Você receberá os livros em casa, pelo correio. As despesas postais já estão incluídas. Entre em contato conosco.

A Teoria da Relatividade Especial e Geral - 136 p.
Albert Einstein
Preço com desconto: R\$ 13,00

Crítica e Crise - 256 p.
Reinhart Koselleck
Preço com desconto: R\$ 21,00

500 anos de periferia - 168 p.
Samuel Pinheiro Guimarães
Preço com desconto: R\$ 14,00

Discursos e Relatórios na Convenção - 204 p.
Robespierre
Preço com desconto: R\$ 19,00

O manifesto comunista - 150 anos depois
Daniel Aarão Reis (org.)
Preço com desconto: R\$ 13,00

A opção brasileira - 208 p.
César Benjamin e outros
Preço com desconto: R\$ 13,00

A sociedade do espetáculo - 240 p.
Guy Debord
Preço com desconto: R\$ 19,00

Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento - 496 p.
Ricardo Bielschowsky
Preço com desconto: R\$ 25,00

Um mapa da ideologia - 338 p.
Adorno, Jameson, Bordieu, Lacan, Althusser e outros.
Org. Slavoj Zizek
Preço com desconto: R\$ 24,00

O longo século XX - 408 p.
Giovanni Arrighi
Prêmio "Distinguished Scholarship" da American Sociological Association - 1995
Preço com desconto: R\$ 24,00

CONTRAPONTO

Tel. / Fax (21) 259-4957
Caixa postal 56066
CEP 22292-970, Rio de Janeiro, RJ
Home-page: www.contrapontoeditora.com.br

DEBATES

CICLO DE DEBATES COFECON/ABET

“A QUESTÃO DO DESEMPREGO
E AS POLÍTICAS PÚBLICAS”

O Conselho Federal de Economia (COFECON), em parceria com a Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ABET) estão promovendo, em diversos pontos do país, uma intensa discussão sobre o grave problema econômico e social que atinge a população brasileira: o *desemprego*, que tem sido indicado, nas mais diferentes pesquisas de opinião realizadas no país, como o problema central a ser enfrentado nesse início de século. Além de uma ampla análise do desemprego em nível nacional, o *Ciclo de Debates* contempla os instrumentos de políticas públicas disponíveis que objetivam reduzi-lo e efetivamente o fazem, qual o resultado e o que é preciso mudar. Mais do que um evento, COFECON e ABET objetivam contribuir para a formulação de políticas públicas efetivas compatíveis com a gravidade e complexidade do mercado de trabalho brasileiro.

Informações complementares:

www.cofecon.org.br • www.race.nuca.ie.ufri.br/abet

Se você está
interessado
em estudar



**Perícia Trabalhista,
Perícia Judicial e
Matemática Financeira**

inscreva-se já no IERJ

**Vagas limitadas
para o segundo
semestre**

Tel. 509-1077 • Fax 509-8121 • ierj@ax.apc.org

EVENTO

V CONGRESSO DA ANGE

“O ENSINO DE ECONOMIA EM DEBATE”

8 a 11 de agosto de 2000

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Natal)

Promovido pela ANGE, organizado pelo Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com apoio do COFECON, SEP, ANPEC, CORECON/SP, CORECON/RN, CORECON/DF, SINDECON/DF, FENECON, o XV Congresso da ANGE terá como tema o “Ensino de Economia em Debate”. A programação do Congresso está estruturada em três grandes momentos: o primeiro, no dia 9, para discutir o projeto de Diretrizes Curriculares de Economia; o segundo, no dia 10, terá como tema a Formação e o Mercado de Trabalho do Economista e; o terceiro, no dia 11, é o Encontro de Coordenadores de Curso – promovido pelo INEP/MEC, com apoio da ANGE. O Congresso terá, também, painéis e conferências sobre temas da Economia Brasileira de forma a atender à demanda, especialmente, de estudantes e professores.

Novas Diretrizes Curriculares – O Congresso a ser realizado neste ano de 2000 estará acontecendo em um momento de importantes definições acerca dos rumos do Ensino de Economia no Brasil, em especial, no que se refere às novas Diretrizes Curriculares, em análise no CNE – Conselho Nacional de Educação. Este será um dos temas centrais do Congresso, que deverá transformar-se no grande fórum para definição da reforma curricular (como ocorreu no SINCE de 1982 que aprovou a minuta da reforma curricular de 1984). Participarão deste debate membros da Comissão de Especialistas do Curso de Economia da SESU/MEC e Conselheiros do CNE. Esta será a grande oportunidade para tomarmos um posicionamento sobre os pontos controversos da proposta de Diretrizes apresentada pelo MEC ao CNE.

Encontro de Coordenadores – O Encontro de Coordenadores de Cursos de Economia, programado para o dia 11, será coordenado pelo INEP/MEC, em parceria com a ANGE e terá participação dos integrantes da Comissão do Curso de Economia do ENC/2000. O seminário faz parte da programação oficial do MEC com o objetivo de discutir a utilização mais efetiva das informações do Exame Nacional de Cursos e da “Avaliação das Condições de Oferta” por coordenadores, dirigentes e professores responsáveis pela organização pedagógica e acadêmica dos cursos. O tema do I Seminário de Economia será “Para melhorar não basta avaliar”. A programação inclui a participação dos técnicos do MEC envolvidos com ENC e de todos os membros da Comissão de Economia do Provão.

Secretaria do XV Congresso da ANGE

Departamento de Economia/UFRN – Campus Universitário, s/nº

Lagoa Nova – Natal/RN – CEP 59072-970

E-mail: xvange@ufnet.br e joroneto@ufnet.br

Tel: (0xx84) 215-3508/09 – Telefax: (0xx84) 215-3538

JORNAL DOS ECONOMISTAS

CORECON-RJ – SINDECON-RJ – IERJ

PORTE PAGO

DR/RJ

PRT 0735/2000



IMPRESSO

Entregue aos Correios até 15.07.2000